



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1016/2025
Data: 24/04/2025 - Horário: 10:15
Legislativo

MENSAGEM Nº 37/2025

Maceió, 16 de abril de 2025

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente Projeto de Lei nº 151/2023 que “***Dispõe sobre as regras de segurança em casas de entretenimento, impondo restrições ao uso de fogos de artifício e a realização de shows de pirotecnia em locais fechados no Estado de Alagoas, e dá outras providências.***”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 151/2023, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O Projeto de Lei aprovado dispõe sobre normas de segurança relativas ao uso de fogos de artifícios/sinalizadores e à realização de qualquer tipo de show de pirotecnia em locais fechados. Ocorre que tal matéria é de competência afeta aos entes municipais para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, porque envolve a suplementação de normas de segurança relativas a estabelecimentos comerciais, afastando-se, portanto, a atuação do Estado-membro sobre a temática.

Além de tal entendimento já ter sido cancelado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, o projeto aprovado, ao prever novas obrigações aos estabelecimentos comerciais que descreve, também diverge do contido na Lei Estadual nº 7.456, de 21 de março de 2013, a qual dispõe de modo geral sobre as atribuições do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas – CBM/AL para as atividades contra incêndio e pânico.

Sendo assim, sob o ângulo formal, o Projeto de Lei aprovado encontra-se maculado de vício de iniciativa, na medida em que adentra em matéria de competência legislativa reservada aos municípios, conforme precedentes do STF, e por este motivo carece ser vetado por inconstitucionalidade formal.

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES

Rua Cincinato Pinto s/n – Centro – Maceió/AL – CEP 57020-050

Tel: 0** 82 3315-2004 – FAX : 0** 82 3315-2002



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Também deve ser vetado por inconstitucionalidade material por violar o Princípio da Razoabilidade, já que em análise minuciosa realizada pelo órgão competente para tal fiscalização, quer seja, o CBM/AL, constatou-se que há disposições muito mais rigorosas, uma vez que devem ser considerados os elementos necessários e imprescindíveis ao atendimento do propósito da norma; enunciados normativos que apenas ratificam o Diploma Legal vigente, tornando-se, portanto, desnecessários; e disposições com menor rigor de segurança, o que vai de encontro à própria finalidade da proposta.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 151/2023, por **inconstitucionalidade formal e material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Assinatura manuscrita em tinta azul do Governador Paulo Suruagy do Amaral Dantas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador